

INFORME ECONÔMICO

■ GUILHERME BARROS

Um Proer para os estados

O governo federal deu partida ontem a um novo Proer. Desta vez, agora, é para os estados. O governador de Minas, Eduardo Azeredo, conseguiu renegociar R\$ 11 bilhões de suas dívidas mobiliária (R\$ 8 bilhões) e contratual (mais R\$ 3 bilhões). Não é o único a conseguir esta proeza. Amanhã, o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, assina o protocolo de renegociação de sua dívida mobiliária, somando R\$ 6 bilhões. O Proer para os estados não deve parar aí. "Se tiver para Minas, terá que ter para o resto do país", afirma Vítor Buaiz, do PT, governador do Espírito Santo.

As condições obtidas por Minas foram bastante generosas. O estado terá que dar em ativos ao governo federal 20% do total a ser financiado. Já está definido, por exemplo, que os dois bancos, o Credireal e o Bemge, serão entregues provavelmente ao BNDES para serem privatizados. Além disso, o BDMG será transformado numa agência de fomento e a Minascaixa, um defunto até agora insepulto, será definitivamente liquidado. "Vamos entregar R\$ 2 bilhões ao governo federal", diz João Heraldo Lima, secretário de Fazenda mineiro. O restante será pago em 30 anos com juros reais de 6%. "Não foi um bom negócio?"

João Heraldo explicou que, com esse acordo obtido com o governo federal, o estado vai passar a pagar R\$ 55 milhões por mês, um número bem inferior aos R\$ 80 milhões mensais que arca atualmente com o serviço da dívida. A assinatura do protocolo com o governo de Minas está prevista para os primeiros dias de outubro.

Outros estados já estão gritando. O governador Vítor Buaiz já está organizando com seus colegas uma caravana a Brasília para reivindicar o mesmo tipo de tratamento. Ou seja, que o governo federal também acabe com suas dívidas mobiliárias, como fez com Minas. Seus cálculos são de que isso possa custar ao governo federal algo como R\$ 20 milhões. "É a metade do que foi concedido aos bancos com o Proer", diz Buaiz. Afirma que há vários estados, além do dele, em situação de penúria, como Alagoas, Piauí e Sergipe. No Espírito Santo, os salários do funcionalismo estão atrasados há cinco meses, os professores estão em greve há dois meses, os médicos parados há duas semanas e outras categorias também ameaçam cruzar os braços. De acordo com Buaiz, só há mesmo uma solução para esses problemas. De se apagar com a borracha as dívidas mobiliárias dos estados. "Privatizar, abrir concessões e promover programas de demissões incentivadas não resolvem o problema", diz Buaiz.